

As lições da eleição



O sistema eleitoral brasileiro não assegura ao eleitor a possibilidade de exprimir a sua opção política nem a transparência

Me esqueci do nome do meu candidato." Este singelo bilhetezinho apareceu numa das milhares de cédulas de votação para deputado federal que tive oportunidade de fiscalizar na 16ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro, que abrange os bairros de Cosme Velho, Laranjeiras e Santa Teresa, todos de classe média, mas com várias favelas. A mensagem do eleitor ou eleitora ficou na minha cabeça. Não era a primeira vez que constatava a dificuldade do cidadão brasileiro para votar.

Desde que cheguei ao Brasil em 1980 já acompanhei várias eleições e sempre senti uma espécie de dor no coração diante do quadro que se apresenta, reiteradamente, num e outro pleito, de votos perdidos pela incapacidade do eleitor de exprimir no papel a sua opção. Nunca entendi como o Brasil — tão reconhecido como um país de soluções imaginativas — podia ter uma população com quase 50% de analfabetos totais ou funcionais e exigir deles um voto escrito.

Depois compreendi que essa era só uma das armadilhas do sistema eleitoral. Havia outras, mais graves ainda. A

*Somente com
mudanças profundas
no sistema eleitoral,
na legislação
partidária e no
comportamento da
mídia será possível
consolidar a
democracia no Brasil*

pioir de todas, ao meu ver, é a que pulveriza os partidos, ao fazer com que o voto seja nominal aos candidatos e sem se exigir nenhuma coerência entre as diferentes opções do eleitor. Votos a Lula para presidente e a Newton Cruz para governador do Rio foram numerosos em 3 de outubro. Que avaliação do qua-

dro político fará um cidadão que opta por essa salada de frutas?

Interessada em desvendar os mistérios desse sistema eleitoral ouvi com atenção o depoimento de um especialista no tema que deu ao *Jornal de Amanhã*, na TVE, logo após o fim do 1º turno. Somente duas nações no mundo — disse ele — o Brasil e a Finlândia, têm esse sistema de *lista aberta*, no qual o único papel do partido é escolher entre os seus filiados quais poderão usar a sua legenda para disputar. O resto é com cada um deles, que sai à caça devotos, tendo em seus colegas de partido os maiores adversários, pois com eles terá que competir junto ao eleitorado simpático à sua sigla.

Somos todos vítimas—A primeira vítima desse sistema é a militância do partido, forçada a optar por alguns dos companheiros, virando "cabo eleitoral" dos escolhidos, abandonando os outros. A segunda vítima é a coerência político-ideológica. No afã de obter a melhor colheita de votos, os candidatos caem muitas vezes na tentação de "fazer dobradinhas" com postulantes de outros partidos, mesmo opostos às suas con-

As perspectivas

vições. O dinheiro ou a "máquina" dos adversários compensam o "detalhe" da falta de pontos de convergência com as idéias que pretensamente vão defender, caso eleitos.

Mas a maior vítima é o eleitor: ele é convocado a escolher os melhores para os diferentes cargos entre um enorme leque de opções, sabendo inclusive que os candidatos nem sempre se apresentam como realmente são. Exceto os cidadãos engajados na militância política, os demais terão muita dificuldade em separar o joio do trigo a partir da limitada relação que se estabelece com os candidatos na estreita janela do horário eleitoral gratuito. É comum muitos deles fazerem todo o possível para disfarçar a sua filiação partidária ou mesmo as alianças que os respaldam.

Nos resultados da eleição de 3 de outubro ficaram claras as limitações que este sistema eleitoral impõe. Mesmo em se tratando do primeiro pleito *casado* em quase meio século, o eleitor não vinculou sua opção para cargos majoritários (presidente da República e governadores) com os proporcionais (senadores e deputados federais e estaduais). Na verdade, pela forma como se votou — em duas cédulas — é impossível fazer uma análise político-sociológica do comportamento do povo na eleição majoritária e proporcional, pois não há como *casar* ambos os votos de um mesmo eleitor. Mas, a partir do fato de Fernando Henrique Cardoso (que obteve mais de 54% dos votos) não ter conseguido transferir o seu eleitorado para o PSDB na disputa para o Senado e a Câmara e nem Lula ter chegado a colocar o PT como o segundo maior partido do país, se comprova que o eleitor não raciocinou em termos de partido político. Aliás, seria um milagre se o fizesse, já que nem os próprios partidos agiram como tal, esfacelando-se nas campanhas individuais dos seus numerosos

candidatos e perdendo a coerência inerente às campanhas *casadas*.

Que fidelidade partidária?—Numa eleição disputada praticamente sem referências partidárias, não é de se estranhar que o próprio presidente eleito afirme que não se sente comprometido com seu partido — nem com os aliados da coligação — para compor o seu governo. A mesma ênfase na ação individual aflora nas declarações dos candidatos aos governos estaduais e muito mais, naturalmente, nos que disputam cargos proporcionais.

De fato, como exigir fidelidade partidária de quem não reconhece no partido um elemento decisivo na sua eleição? E, por outro lado, como construir um partido se, no teste mais decisivo para as suas propostas, que é a eleição, ele não pode apresentar-se unido e coerente por causa do sistema eleitoral? Estamos num círculo vicioso do qual não há como sair e que traz perigosas conseqüências para a democracia, pois ainda não se inventou um substituto para o partido no exercício sadio da convivência política.

Esses são alguns dos problemas que o Brasil terá que enfrentar se realmente pretende aprofundar e aperfeiçoar a sua democracia. Mas assusta constatar que, quando se fazem críticas ao sistema eleitoral, as alternativas apresentadas (como o dúbio voto distrital ou mesmo o voto facultativo), não apontam a solução do problema que, no nosso en-

tender, se constitui no eixo da falência do que aí está: a ausência dos partidos na eleição.

Em todos os demais países do mundo o eleitor vota não em pessoas, mas em partidos. É o partido que "escolhe" quem serão os seus candidatos a todos os cargos em disputa, cabendo ao eleitor somente a opção entre as diferentes legendas. Nunca é o candidato individual que se apresenta a julgamento do eleitor.

No caso uruguaio, por exemplo, onde o voto é vinculado de cima a baixo, a convenção do partido escolhe quem vai disputar os cargos, inclusive os de deputados e vereadores. Com o resultado da votação interna, se define o que se chama de *lista* de candidatos que será submetida ao eleitor. Nela, figuram desde o candidato à Presidência até o último postulante a deputado, sendo que quem teve mais votos na Convenção ocupa o primeiro lugar na lista, o segundo vai em segundo, e assim por diante. Se o partido receber votos para fazer cinco deputados, os primeiros cinco da lista serão os eleitos. Como se eleger, a partir da mesma lista, o Executivo e o Legislativo, sempre se assegura ao presidente eleito uma razoável presença no Congresso, ou dito de uma outra forma, uma mínima governabilidade.

Há outros países, como o Peru, onde a lista é fechada mas o eleitor tem o direito de marcar nela dois candidatos ao Legislativo pelos que tem preferência. Estes poderão, desta forma, pela vontade expressa nas urnas, "melhorar" a sua posição e serem eleitos passando à frente de outros escolhidos internamente pelo partido.

Além de facilitar a escolha do eleitor — cujo único trabalho no momento da votação é escolher numa mesa a folha do partido de sua preferência com a chapa de candidatos e o logotipo impressos, o que facilita a identificação no caso dos



Os jovens têm direito ao voto aos 16 anos, mas poucos tiraram seu título de eleitor



Fernando Henrique: eleito pelo Plano Real. Lula: faltou clareza na proposta alternativa

analfabetos – esse sistema praticamente elimina as possibilidades de fraude. Se o eleitor quer votar em branco, não põe nada no envelope que depositará na urna. Mas na hora da apuração não será possível “preencher” o seu voto porque as listas impressas não estão disponíveis nas mesas apuradoras.

As vantagens são muitas, mas uma em particular é importante à luz da experiência brasileira: na hora de sair para o corpo-a-corpo, o partido vai unido. A todos os candidatos interessa que o partido seja bem votado, pois a sua sorte individual está atrelada ao desempenho da legenda. Não existe a campanha deste ou daquele candidato, nem forma de separar a campanha dos que disputam cargos majoritários e proporcionais.

Essa, sim, seria uma mudança que começaria a recompor o tecido partidário brasileiro, tão necrosado pelo tumor da corrupção, do clientelismo e do oportunismo.

Outras interferências – Começamos a análise da eleição pelo desempenho do sistema eleitoral porque esse é um dos aspectos que permanece menos estudado e debatido na hora de se avaliar o quadro que emergiu das urnas. Mas, há outras lições a tirar da consulta popular.

Nesta edição, a matéria de capa é sobre o poder da mídia. O seu comportamento está sendo esmiuçado no mundo todo pelos que estudam os fenômenos sociais, e as conclusões não são alentadoras. Só uma drástica revisão dos critérios pelos quais são feitas as concessões de canais de televisão, por exemplo, poderá abrir caminho à democratização dos mesmos. Sem o debate,

sem o respeito às vozes dissonantes e aos grupos minoritários, não é possível o avanço democrático.

A eleição de 3 de outubro mostrou o quanto é nociva a falta da pluralidade na mídia. A partir do lançamento do Plano Real, quando Lula começou a cair e Fernando Henrique a subir como foguete, ficou claro que uma máquina muito poderosa – mais até que a máquina do Estado – estava trabalhando com o que há de mais sofisticado e moderno para assegurar que o desenlace da campanha eleitoral não escapasse ao seu controle. Nem mesmo o deslize parabólico do ex-ministro Rubens Ricupero, que mostrou a ponta do *iceberg* dessa estratégia, abalou a candidatura oficial. Rapidamente, os especialistas reverteram o quadro e, de algoz, o diplomata virou vítima, deixando no ar a dúvida: teria sido apenas uma “armação do PT”?

Enquanto o sistema eleitoral não assegurar a transparência do pleito, e enquanto a miséria e a falta de consciência permitirem a confusão entre eleição e leilão de votos, pouca esperança existirá de mudanças

Reconstruir o sonho – Fora todas essas dificuldades, ainda houve uma outra interferência tentando impedir a manifestação da vontade soberana do povo: a fraude. O caso do Rio de Janeiro foi o que ganhou as manchetes nacionais, porque nesse estado os fiscais partidários agiram com maior eficácia e velocidade e porque, ao contrário do que acontece em outros, as denúncias foram levadas a sério.

Mas, há indícios fortes de que o problema se repetiu em vários estados. No Maranhão, o índice de votos nulos e brancos foi anunciado no primeiro dia após a eleição como sendo o segundo maior do país, depois do Pará. Mas acabou sendo – no caso da eleição proporcional – um dos menores da Federação. Na Bahia, houve numerosas denúncias de irregularidades, assim como no Amazonas, Mato Grosso e até São Paulo, que tiveram menor repercussão na mídia. Mas o denominador comum foi a aliança entre poder econômico, crime organizado e corrupção, o que, aliás, não foi uma novidade da eleição de 1994.

Enquanto o sistema eleitoral não assegurar a total transparência do pleito – e, para isso, tem que acabar, entre outras coisas, o vício de se alterarem as regras do jogo a cada eleição –, e enquanto a miséria e a falta de consciência política permitirem a confusão entre eleição e leilão de votos, pouca esperança existirá de mudanças profundas nessa triste realidade.

Mas há ainda um último fator a ser avaliado, para se entender o resultado eleitoral. Na verdade, não houve uma alternativa atraente para o eleitorado à falaciosa esperança de estabilidade representada pelo Plano Real. Como dizia recentemente o dirigente angolano Lopo do Nascimento, na sua passagem pelo Rio, as forças progressistas – pelo mundo afora – ainda não se refizeram do golpe provocado pela queda do Muro de Berlim. Elas mostram mais clareza no que não desejam do que no projeto alternativo. E, ainda por cima, a confluência das diferentes vertentes de esquerda continua dificultada pelo hábito nocivo da exaltação das divergências, em detrimento da procura das convergências, o que faz com que o eleitor não visualize com nitidez as propostas ideológicas em disputa.

Beatriz Bissio